

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

25º CONCURSO PARA PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO – 2ª ETAPA

GRUPO I

PROVA DE DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

Esta prova compõe-se de quatro questões, com as respectivas pontuações. As respostas serão avaliadas em razão dos seus fundamentos, do uso correto da língua portuguesa, da linguagem jurídica adequada, da clareza e objetividade na exposição das idéias e da apresentação formal e legibilidade do texto.

PRIMEIRA PARTE

QUESTÃO 1 (40 pontos)

Dissertação: **CONCURSO DE PESSOAS**

A apresentação do tema deverá abranger, necessariamente:

- (a) a conceituação e os requisitos do concurso de pessoas.
- (b) as inovações inseridas no ordenamento jurídico pela Lei 7.209/84.
- (c) a autoria (teorias relativas ao conceito de autor), autoria mediata e imediata, autoria colateral.
- (d) a participação.
- (e) os aspectos do tema relacionados aos crimes culposos, crimes omissivos, e crimes de mão própria.

SEGUNDA PARTE

QUESTÃO 2 (20 pontos)

O art. 594 do Código de Processo Penal estabelece que o réu não poderá apelar sem recolher-se à prisão, ou prestar fiança, salvo se for primário e de bons antecedentes, assim reconhecido na sentença condenatória, ou condenado por crime de que se livre solto. Parte qualificada da doutrina e da jurisprudência nacional considera não ter sido este dispositivo recepcionado pela Constituição Federal, por ferir algumas garantias processuais nela positivadas (explícita ou implicitamente).

Indique e explique, fundamentadamente, quais as garantias que seriam afetadas pelo ato judicial de condicionar o conhecimento da apelação ao prévio recolhimento do sentenciado à prisão.

QUESTÃO 3 (20 pontos)

BARRABÁS FURTIVO foi processado pela prática do crime de corrupção passiva, previsto no art. 317, § 1º do CPB, já que deixou de praticar ato de ofício, recebendo, em troca, vantagem indevida. O juiz competente, com base na prova testemunhal e documental produzida, condenou o imputado à pena de um (1) ano e quatro (4) meses de reclusão. Em razões de recurso interposto contra a sentença condenatória, a defesa do acusado sustentou que o processo era nulo, porque:

- (a) o acusado, mesmo com endereço conhecido nos autos, foi citado por edital, somente tendo sido interrogado porque compareceu, espontaneamente, ao cartório para verificar o estado em que se encontrava o processo; outrossim, ao ordenar a citação por edital, o juiz não expediu ofício aos estabelecimentos prisionais locais, para indagar sobre eventual prisão do acusado.

- (b) a defesa não foi intimada sobre a data da audiência de inquirição de testemunha da acusação, ouvida por precatória.
- (c) o Ministério Público, mesmo intimado, não compareceu à data em que foi ouvida a única testemunha da defesa.
- (d) o juiz, mesmo já estando encerrada a instrução criminal, aceitou requerimento feito pelo Ministério Público nas suas alegações finais e determinou a oitiva de testemunha referida na instrução, que não fora arrolada na denúncia.
- (e) o juiz tornou-se impedido para julgar a causa, já que, na fundamentação do ato de recebimento da denúncia do Ministério Público, afirmou que as provas coletadas no processo administrativo indicavam a verossimilhança da imputação criminal.

De modo sintético e objetivo, que argumento(s) poderia(m) ser usado(s) pelo Ministério Público para rebater cada uma das alegações da defesa do acusado e obter, por conseguinte, o improvimento do recurso.

QUESTÃO 4 (20 pontos)

Diante das seguintes situações hipotéticas, indique e justifique, sucintamente, o posicionamento que deverá ser adotado pelo promotor de justiça.

- (a) Durante a ação penal instaurada para apurar crime de furto, a defesa do acusado comprova, de modo documental e inequívoco, que o verdadeiro autor da infração penal é um homônimo do acusado. O Ministério Público tem vistas dos autos, após as alegações preliminares da defesa, para pronunciar-se sobre a questão.
- (b) Apurou-se, em inquérito policial, crime de receptação culposa atribuído a ZECA, por haver ele adquirido, do cunhado, um televisor usado. O bem foi avaliado em R\$100,00 e ZECA o adquiriu por R\$60,00. O seu cunhado, em quem sempre confiou, forneceu-lhe, no ato da compra-e-venda, a nota fiscal do televisor, dizendo-lhe que precisava vender tal bem para pagar uma dívida. Todavia, o inquérito policial demonstrou que o cunhado de ZECA havia furtado o televisor, juntamente com a nota fiscal. Em relação a ZECA, como deverá proceder o Ministério Público?
- (c) TÁCITUS, portador de péssimos antecedentes criminais, foi processado por crime de receptação dolosa, sendo-lhe atribuída a conduta de haver adquirido automóvel, ciente de sua origem criminosa. Ao sentenciar, o juiz desclassificou a conduta para receptação culposa, condenando o acusado à pena mínima. O promotor de justiça, ao tomar ciência da sentença condenatória, percebe que o juiz, embora reconhecendo a *mutatio libelli*, não adotou as providências legais previstas no Código de Processo Penal, havendo, por outro lado, fixado a pena em *quantum* insuficiente à justa reprovação do fato.
- (d) Durante ação penal instaurada para apurar crime de estupro mediante grave ameaça, cometido contra vítima moradora da Invasão da Estrutural, a defesa do acusado peticiona requerendo a anulação do processo por ilegitimidade ativa *ad causam* do Ministério Público, sob a alegação de não ter sido juntado aos autos atestado de pobreza da ofendida e por não haver esta oferecido, formalmente, representação contra o acusado, sendo certo, porém, que a vítima deu *notitia criminis* e prestou, espontaneamente, declarações perante a autoridade policial.

GRUPO II PROVA DE DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Esta prova compõe-se de seis questões com as respectivas pontuações. As respostas serão avaliadas em razão dos seus fundamentos, do uso correto da língua portuguesa, da linguagem jurídica adequada, da clareza e objetividade na exposição das idéias, da apresentação formal e legibilidade.

PRIMEIRA PARTE

1ª QUESTÃO: dissertação (40 pontos)

O Ministério Público do Distrito Federal propôs ação contra a Associação Nacional das Empresas de Leasing visando a anulação de cláusula inserta em contrato de adesão, utilizado por seus associados para arrendar veículos automotores e que vinculava o reajuste das prestações à variação do dólar. Com a repentina e inesperada majoração da moeda norte-americana, a partir de janeiro de 1999, os arrendatários viram-se na

contingência de pagar prestações bem acima daquelas que seriam devidas se o índice adotado para reajuste fosse o INPC. A ré, citada, contestou alegando ilegitimidade ativa e passiva ad causam e, no mérito, sustentou o princípio do pacta sunt servanda e, ainda, que os recursos para o financiamento dos bens haviam sido captados pelas empresas de leasing no exterior, e, portanto, deveriam ser pagos em dólar, o que justifica a forma de reajuste prevista na cláusula que o autor pretende anular.

Considerando a situação hipotética indicada, elabore dissertação abordando, de forma objetiva e fundamentada, os seguintes tópicos:

1) natureza da ação, espécie de interesse tutelado e rito processual; 2) legitimação ativa e passiva ad causam; 3) necessidade ou não de intimação dos demais co-legitimados para a propositura da ação; 4) necessidade de atuação do Ministério Público no feito como custos legis; 5) propositura de ação individual com o mesmo objetivo e suas conseqüências; 6) eficácia subjetiva da coisa julgada; 7) âmbito de validade da sentença; 8) competência; 9) forma pela qual os beneficiários da sentença poderão fazer com que ela seja cumprida; 10) eficácia da sentença de procedência em relação aos arrendatários que firmaram o contrato de leasing com a finalidade de implementar sua atividade empresarial.

SEGUNDA PARTE

2a. questão (10 pontos). Responda, no máximo, em 30 linhas.

Deve o juiz, ao sanear o processo, pronunciar-se sobre a distribuição do ônus da prova, declarando previamente eventual inversão, em decisão agravável, sob pena de preclusão? Fundamente.

3a. questão (10 pontos). Responda, no máximo, em 30 linhas.

Em execução de sentença homologatória de acordo que pôs fim à ação de cobrança que tramitava entre as partes, pode o executado opor embargos visando a anulação do acordo? Em caso negativo, é possível a anulação por outra via que não os embargos? Fundamente.

4a. questão (15 pontos). Responda, no máximo, em 50 linhas.

João, nascido em 1/1/1980, requereu a adoção de José, nascido em 1/6/1995 anos e 7 meses, filiação paterna ignorada, filho de Maria, 35 anos, com quem é casado há mais de 5 anos e que concordou com o pedido. A adoção foi indeferida, por não preencher os requisitos legais. João recorreu da decisão. Em breves linhas, comente a questão abordando, objetivamente, os seguintes tópicos: natureza do processo através do qual se pleiteia a adoção, espécie de jurisdição, competência do juízo, possibilidade jurídica do pedido no caso concreto, recurso cabível contra a sentença e prazo recursal. Quanto ao mérito da questão, posicione-se pelo provimento ou improvimento do recurso. Fundamente.

5a. questão (12,5 pontos). Responda, no máximo, em 25 linhas.

O novo Cód Civil dispõe, no art. 1511, que "*o casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges*". Qual o significado da expressão "comunhão plena de vida" e qual a sua aplicabilidade ?

6a. questão (12,5 pontos). Responda, no máximo, em 25 linhas.

É possível o reconhecimento de invalidade de atos praticados por incapazes antes ou independentemente de processo de interdição? Justifique.

GRUPO III

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO

Esta prova compõe-se de uma dissertação e de cinco questões com as respectivas pontuações. As respostas serão avaliadas em razão dos seus fundamentos, da clareza e objetividade na exposição das idéias, do uso correto da língua portuguesa, da linguagem jurídica adequada, da apresentação formal e legibilidade do texto.

PRIMEIRA PARTE: DISSERTAÇÃO (40 pontos)

“ Estado Democrático de Direito e Ministério Público ”

Deverá ser observada a seguinte estrutura do texto, independentemente da ordem enunciada dos tópicos:

- a) dimensão conceitual da palavra democracia e sua conexão com o Estado de Direito;
- b) o princípio democrático na Constituição de 1988 e os direitos fundamentais;
- c) o papel do Ministério Público como agente concretizador da democracia: âmbito e limites de intervenção nos domínios público e privado; atuação em defesa da ordem política, econômica, tributária e social.
- d) Ministério Público como *garantia institucional* em face da ação do constituinte derivado: a instituição integra as cláusulas pétreas ?
- e) outras considerações sobre o tema: abordagem livre.

SEGUNDA PARTE

A resposta relativa a cada questão deverá estar em única folha separada, devendo, portanto, conter, no máximo, 30 linhas.

1ª QUESTÃO (15 pontos)

Explique os conceitos de *lei em sentido formal* e de *lei em sentido material*.

2ª QUESTÃO (15 pontos)

Identifique as *espécies tributárias* (e subespécies se quiser) previstas na Constituição Federal em vigor, por meio de esquema gráfico (utilização de chaves ou colchetes), com as observações e críticas pertinentes à adoção de uma classificação com três, quatro ou cinco categorias.

3ª QUESTÃO (10 pontos)

O ato administrativo viciado pode ser convalidado?

4ª QUESTÃO (10 pontos)

Quais são as várias espécies de atos administrativos? Defina-as.

5ª QUESTÃO (10 pontos)

Faça a distinção entre imoralidade administrativa e improbidade administrativa.